

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.077 - RJ (2019/0230968-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : ORGANIZACAO FERREIRA COMERCIO DE CEREAIS LTDA
AGRAVANTE : IL MENEZES E ANDRADE COMÉRCIO E TRANSPORTE
RODOVIÁRIO DE CEREAIS LTDA.
ADVOGADOS : JOSÉ OSWALDO CORRÊA - RJ012667
VIVIANE CORRÊA - RJ095235
AGRAVADO : CHUBB SEGUROS BRASIL S.A
ADVOGADOS : LUÍS FELIPE DE FREITAS BRAGA PELLON - RJ020387
GLÓRIA DE CASTRO BERREDO - RJ136992

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPARAÇÃO CIVIL. CONTRATO DE SEGURO. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE DE SEGURADORA. AUSÊNCIA DO SEGURADO NA RELAÇÃO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 529/STJ. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por ORGANIZAÇÃO FERREIRA COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. e IL MENEZES E ANDRADE COMÉRCIO E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CEREAIS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial (e-STJ, fls. 129-132) proposto para impugnar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 53):

Agravo de instrumento. Decisão que deferiu a denúncia da lide pretendida pela parte autora. Parte ré que sequer foi citada. Ação regressiva, exercida em caráter antecipado e eventual, que visa unicamente garantir os direitos do denunciante no caso de eventual condenação na ação originária. Ausência de qualquer relação jurídica entre a parte autora e a seguradora supostamente contratada pela ré. Pedido que não encontra respaldo no artigo 125 do CPC, tendo em vista que a denúncia da lide deve, obrigatoriamente, ser provocada por quem ostente relação obrigacional com o garantidor. A ninguém é concedido pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando expressamente autorizado por lei. Parte autora, ora agravada, que por via oblíqua, almeja condenação direta da seguradora sem a participação do segurado, o qual sequer foi citado para formar a relação processual. Hipótese completamente distinta daquela em que é ordinariamente formado o litisconsórcio passivo necessário entre segurado e seguradora. Decisão que merece reforma. Recurso

Superior Tribunal de Justiça

provido.

Opostos embargos de declaração, o aresto recorrido foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 82):

Embargos Declaratórios. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade quando o aresto alvejado apresenta de forma detalhada as razões e fundamentos de sua decisão, apreciando todas as questões que lhe foram submetidas. Impossibilidade da utilização dos Embargos de Declaração para obtenção de nova apreciação dos fundamentos do acórdão, bem como para efeitos de prequestionamento, tendo em vista os estreitos limites desta via recursal. Ausência dos pressupostos do artigo 1.022 do CPC. Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, as recorrentes alegaram, com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, divergência jurisprudencial e violação aos arts. 5º, 125, II, e 128, parágrafo único, do CPC/2015.

Sustentaram a possibilidade do terceiro prejudicado oferecer denunciação da lide de seguradora responsável pelo sinistro atribuído a segurado.

Afirmaram não haver possibilidade de limitação da denunciação apenas aos garantidores do dano.

Apreciada a admissibilidade do apelo excepcional, o Tribunal de origem negou seguimento à insurgência (e-STJ, fls. 129-132).

Diante de tal fato, foi interposto agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 143-147).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nas razões deste agravo, as recorrentes alegam terem cumprido com todas as exigências legais para a análise e processamento do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Constatados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

No apelo excepcional, as agravantes defenderam a possibilidade de, em ação de reparação de dano, oferecerem denúncia da lide de seguradora responsável pelo sinistro causado por segurado.

O Tribunal de origem, examinando o tema, expôs os seguintes argumentos (e-STJ, fls. 55-57):

4. A ação originária, movida pela primeira agravada em face da pessoa jurídica Transexpert Vigilância e Transportes de Valores S/A, tendo por objeto a restituição do valor de R\$110.527,28 (cento e dez mil quinhentos e vinte e sete reais, e vinte e oito centavos), além condenação ao pagamento de indenização por dano moral. A ré originária, diante das dificuldades de localização, não foi citada.
[...]

8. Por certo, o artigo 125 do atual diploma processual civil permite a promoção da denúncia da lide por qualquer das partes e seu inciso segundo especifica o cabimento da denúncia àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo. Logo, é evidente que a denúncia da lide à seguradora, com quem a ré, e não a autora, tem contrato de seguro, não encontra respaldo no dispositivo de regência.

9. Ainda que o parágrafo único do artigo 128, do atual Código de Processo Civil, seguindo precedentes jurisprudenciais consolidados, como se depreende do REsp 925.130/SP, permita que o terceiro, após regular ingresso na lide, possa suportar diretamente os efeitos da condenação na eventualidade da sucumbência do denunciante, tal fato não exclui a necessidade de que a denúncia da lide seja provocada por quem tenha relação obrigacional com o garantidor.

10. Isto porque, uma vez admitido no processo, o terceiro litisdenunciado assume posição de litisconsorte do denunciante, considerada sua vinculação por uma mesma relação jurídica base. E por tais razões, não se pode dizer na presente hipótese que o autor e o denunciado assumiriam a mesma posição processual, pois, ao contrário, apresentam nítido posicionamento material e processual antagônico.

11. Ademais, é evidente que o autor jamais poderia realizar a denúncia da seguradora em nome do réu, pois à luz do que dispõe o artigo 18 do já citado diploma procedimental vigente, a ninguém é concedido pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando expressamente autorizado por lei, o que não se evidencia neste caso.

12. Por fim, e não menos importante, há de se mencionar que o Superior Tribunal de Justiça, através da Segunda Seção, ao julgar o REsp 962.230/RS sob a sistemática dos recursos repetitivos, já pacificou o entendimento de que o terceiro prejudicado sequer poderia

Superior Tribunal de Justiça

ajuizar, direta e exclusivamente, ação judicial em face da seguradora do causador do dano.

13. É exatamente o que se pretende, por via oblíqua, no presente caso: uma condenação direta, sem a participação do segurado, o qual sequer foi citado para formar a relação processual.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual entendeu não ser possível a denunciação da lide de seguradora quando o segurado não integra a relação processual.

De fato, este é o posicionamento adotado pela jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, o qual, no julgamento do REsp 962.230/RS, fixou a tese da impossibilidade de terceiro prejudicado oferecer denunciação da lide de seguradora sem a devida presença do segurado na relação processual.

Confira-se o mencionado julgado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS AJUIZADA DIRETA E EXCLUSIVAMENTE EM FACE DA SEGURADORA DO SUPOSTO CAUSADOR. DESCABIMENTO COMO REGRA.

1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1. Descabe ação do terceiro prejudicado ajuizada direta e exclusivamente em face da Seguradora do apontado causador do dano.

1.2. No seguro de responsabilidade civil facultativo a obrigação da Seguradora de ressarcir danos sofridos por terceiros pressupõe a responsabilidade civil do segurado, a qual, de regra, não poderá ser reconhecida em demanda na qual este não interveio, sob pena de vulneração do devido processo legal e da ampla defesa.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 962.230/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/02/2012, DJe 20/04/2012)

Esse entendimento foi, inclusive, objeto de enunciado da Súmula 529/STJ, *in verbis*:

No seguro de responsabilidade civil facultativo, não cabe o ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado direta e exclusivamente em face da seguradora do apontado causador do dano.

(Súmula 529, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 18/05/2015)

In casu, conforme exposto nos autos, as recorrentes interpuseram pedido de

Superior Tribunal de Justiça

denunciação da lide da seguradora ora agravada sem que a segurada responsável pelo sinistro tivesse sido devidamente citada para integrar a relação processual.

Logo, nos termos dos precedentes acima transcritos, não há como ser deferido o pedido das agravantes, estando o posicionamento adotado pelo Tribunal estadual em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, incidindo a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

